



DIREITO PENAL E TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES: IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Cláudia Moraes Resende¹

Tiago Santos da Silva²

Jessica Silva Vieira³

Márcio Monteiro Borges⁴

No Brasil, o tráfico de animais silvestres é tratado como um crime ambiental no âmbito do direito penal. Essa prática ilegal envolve a captura, transporte, venda e compra de animais que fazem parte da fauna brasileira, protegida por leis ambientais. A legislação brasileira tem como objetivo coibir essa atividade criminosa, que ameaça a biodiversidade e a conservação da fauna nativa. O objetivo deste trabalho é evidenciar as leis que protegem o tráfico de animais silvestres e seus impactos no meio ambiente. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizado um estudo secundário por meio de uma revisão narrativa, onde se sintetizaram publicações relevantes sobre o tema, de modo sistêmico e ordenado, para aprofundar o conhecimento do tema investigado. Foram estabelecidos como critérios para inclusão e exclusão: artigos publicados entre 2018 e 2023, nos idiomas português, espanhol e inglês, utilizando as bases de dados Google Acadêmico, Science.gov e Scielo. Para a busca de estudos, foram utilizados os descritores: "Direito Penal", "Tráfico de Vida Silvestre" e "Educação em Saúde Ambiental". De acordo com os critérios de elegibilidade do estudo, 4 artigos foram selecionados. No Brasil, o tráfico de animais silvestres é tratado como um crime ambiental com base na Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais. Essa lei estabelece punições para a prática do tráfico de animais silvestres, que envolvem captura, transporte, venda, compra ou posse ilegal de animais silvestres nativos. Algumas das principais disposições relacionadas ao tráfico de animais silvestres no Brasil incluem: pena de prisão, que pode variar de seis meses a cinco anos de detenção; multas, que podem atingir valores significativos; apreensão de animais, quando possível, devolvendo-os ao seu habitat natural; responsabilidade penal, na qual tanto os traficantes quanto os colaboradores podem ser responsabilizados criminalmente; crimes associados, frequentemente o tráfico de animais

¹ Acadêmico do curso de direito do Centro Universitário de Mineiros, Goiás – UNIFIMES - claudiamoraes32@hotmail.com

^{2,3 e 4} Acadêmico do curso de direito do Centro Universitário de Mineiros, Goiás – UNIFIMES



silvestres está associado a outros crimes como falsificação de documentos, corrupção e lavagem de dinheiro. Em vista disso, os crimes ambientais representam uma ameaça significativa à biodiversidade, à saúde pública e ao equilíbrio dos ecossistemas. O direito penal desempenha um papel crucial ao estabelecer leis, regulamentos e penalidades para combater essas práticas prejudiciais. A conscientização não se limita a informar as pessoas sobre questões ambientais, mas também a incentivar mudanças comportamentais. É preciso também mudar a mentalidade das pessoas em relação ao meio ambiente, especialmente em sociedades que priorizam o crescimento econômico a qualquer custo. A conscientização deve abordar essas mentalidades arraigadas

Palavras-chave: Direito Penal. Educação Ambiental. Conscientização.